



Relatório e Contas

EuroBIC Tesouraria Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Fundo Harmonizado

31 de dezembro de 2017

Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Sede: Largo Duque Cadaval, nº 17 – 1º Andar, fração J, 1200-160 Lisboa

Telefone: +351 214 200 530 • Fax: +351 214 200 559

Capital Social: 1.206.000 euros

Número único de registo e de pessoa coletiva: 506 292 622

www.dunascap.com

www.eurobic.pt

1. CARACTERIZAÇÃO DO FUNDO

1.1. HISTORIAL E OBJETIVO DO FUNDO

Até 27 de Julho de 2017 a denominação do fundo foi “Banco BIC Tesouraria – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto” a qual nesta data, após deliberação do Conselho de Administração da CMVM, foi alterada passando a denominar-se “EuroBic Tesouraria – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto”, adiante designado por “Fundo”.

A sua constituição foi autorizada por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 9 de dezembro de 2010, por tempo indeterminado, tendo iniciado a sua atividade em 10 de janeiro de 2011.

Constituiu-se como um Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Tesouraria, tendo desde o dia 9 de setembro de 2013 assumido a forma de Fundo de Investimento Mobiliário Aberto nos termos do nº2 do artº 2º do Regulamento da CMVM nº 5/2013.

O Fundo é administrado pela Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A. e a entidade depositária dos valores mobiliários do Fundo é o Banco BIC Português, S.A..

As entidades comercializadoras são a Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A., na sua sede no Largo Duque de Cadaval nº 17 – 1º andar, fração J em Lisboa, o depositário, Banco BIC Português S.A., na sua sede na Avenida António Augusto de Aguiar nº 132, em Lisboa, bem como nos seus balcões e centros de empresa, o Best – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A., nos Centros de Investimento BEST que são agências do Banco BEST e através dos canais de comercialização à distância: por Internet através do sítio www.bancobest.pt e por serviço telefónico 707 246 707 e o Banco Invest, S.A., na sua sede na Av. Engº Duarte Pacheco, Torre 1, 11º andar, em Lisboa, através dos seus balcões e através do site www.bancoinvest.pt para os clientes que tenham aderido a este serviço.

O Fundo tem como principal objetivo proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de ativos de curto prazo procurando um nível de rentabilidade próximo das taxas de juro dos mercados monetários, através do investimento em instrumentos de baixa volatilidade e de curto prazo.

O Fundo foi inicialmente constituído por unidades de participação denominadas em Euro. No entanto foi autorizada por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 7 de setembro de 2011, a categorização das unidades de participação passando o Fundo a ser constituído por duas categorias:

- Categoria A – denominada em Euros;
- Categoria B – denominada em Dólares dos Estados Unidos.

A comercialização das unidades de participação da Categoria B iniciou-se no dia 13 de setembro de 2011.

O valor inicial da unidade de participação da Categoria B resultou da conversão do valor da unidade de participação da Categoria A ao *fixing* do câmbio EUR/USD do dia 13 de setembro de 2011.

As unidades de participação da Categoria A e as unidades de participação da Categoria B podem apresentar valorizações distintas, em virtude de existirem custos e proveitos especificamente relacionados com cada uma dessas categorias. A diferença na valorização das duas categorias de unidades de participação reside, fundamentalmente, na cobertura de risco cambial que é realizada nas unidades de participação da Categoria B, denominadas em Dólares dos Estados Unidos.

Assim, todos os custos e proveitos relacionados com a referida cobertura do risco cambial são imputados especificamente às unidades de participação da Categoria B, para efeitos de valorização das mesmas.

1.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo investe em instrumentos de baixa volatilidade e de curto prazo designadamente depósitos, bilhetes do tesouro, papel comercial, obrigações e outros instrumentos de dívida.

O Fundo tem de deter, em permanência, entre 50% e 85% do seu valor líquido global em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário e em depósitos bancários com prazo de vencimento residual inferior a 12 meses, não podendo os depósitos bancários exceder 50% do valor líquido global do Fundo.

Está vedado ao Fundo o investimento em: i. Ações; ii. Obrigações convertíveis ou obrigações que confiram o direito de subscrição de ações ou de aquisição a outro título de ações; iii. Títulos de dívida subordinada; iv. Títulos de participação; v. Instrumentos financeiros derivados com finalidade diversa de cobertura de risco; e vi. Unidades de participação de OICVM cujo regulamento de gestão não proíba o investimento nos ativos referidos nos pontos anteriores.

O Fundo poderá investir os seus capitais em instrumentos denominados em divisas diferentes do euro, desde que, em simultâneo, efetue a cobertura do risco cambial através de instrumento adequado.

Para as unidades de participação denominadas em dólares dos Estados Unidos (Categoria B) efetuar-se-á a cobertura do respetivo risco cambial através de instrumento adequado.

Em termos de investimento o Fundo não privilegiará setores económicos ou países específicos, nem se encontram definidas regras sobre a incidência geográfica dos seus investimentos.

A política de investimento mantém-se inalterada desde a constituição do Fundo.

1.3. PERFIL DO INVESTIDOR

O Fundo adequa-se a clientes conservadores que queiram efetuar aplicações com baixo risco e elevada liquidez.

1.4. BENCHMARK (PARÂMETRO DE REFERÊNCIA)

O Fundo não adota qualquer parâmetro de referência.

1.5. POLÍTICA DE EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES E TRANSMISSÃO DE ORDENS

A sociedade gestora encontra-se sujeita ao dever de assegurar as melhores condições na execução de todas as operações, tomando sempre em consideração todos os fatores considerados relevantes para se assegurar o melhor resultado possível para o Fundo.

1.6. VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os ativos encontram-se valorizados de acordo com as regras de valorimetria estabelecidas no ponto 3.2. do Capítulo II do Prospeto do Fundo, as quais se encontram descritas na Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

1.7. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

O montante mínimo de subscrição foi, até 19 de agosto de 2013, de 1.000 EUR para as unidades de participação da categoria A e de 1.000 USD para as unidades de participação da categoria B.

Após esta data estes montantes foram reduzidos por forma a aproximar o seu valor ao praticado por outros concorrentes no mercado.

A comissão de gestão anual é de 0,75% (taxa nominal) tendo a entidade gestora aprovado, transitoriamente, a sua redução para 0.5% (taxa nominal) ⁽¹⁾. Esta alteração iniciou-se no dia 1 de novembro de 2015 e prolongar-se-á, pelo menos, até ao dia 31 de dezembro de 2017.

A comissão de depositário anual é de 0.125% (taxa nominal) tendo a entidade gestora aprovado, transitoriamente, a sua redução para 0.10% (taxa nominal) ⁽²⁾. Esta alteração iniciou-se no dia 1 de novembro de 2015 e prolongar-se-á, pelo menos, até ao dia 31 de dezembro de 2017.

As condições presentemente em vigor são as que seguidamente se apresentam:

Condições de Investimento em 31 de dezembro de 2017	
Subscrição inicial	
Categoria A - EUR	500 EUR
Categoria B - USD	500 USD
Investimentos adicionais	
Categoria A - EUR	100 EUR
Categoria B - USD	100 USD
Prazo Liq. Subscrição	D+1
Prazo Liq. Resgate	D+3

Comissões			
Subscrição	0%	Gestão ⁽¹⁾	0,75%
Resgate	0%	Depositário ⁽²⁾	0,125%

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO FUNDO

2.1. ECONOMIA E MERCADOS

O ano foi caracterizado por uma dicotomia entre um cenário macroeconómico muito benigno (crescimento global sincronizado, baixa inflação e redução das taxas de desemprego) e um elevado grau de incerteza resultante, por um lado, da atuação dos principais Bancos Centrais e, por outro, de potenciais riscos políticos / geopolíticos. A constante tensão em torno do programa nuclear Norte-Coreano e uma degradação assinalável das relações entre a Rússia e o Ocidente, provavelmente as piores desde a guerra-fria, são talvez os melhores exemplos dos desafios enfrentados neste campo.

Nos EUA, com uma economia a operar em pleno emprego, os planos do recém-eleito Presidente Trump de implementar uma estratégia agressiva de corte de impostos e de maior desregulação do sistema financeiro, deixavam a *Federal Reserve* “FED” numa situação mais difícil no que concerne à condução da política monetária. No campo da política externa, a filosofia de “*America First*” apontava, claramente, para um clima mais confrontacional nas relações internacionais.

A FED, beneficiando de um mercado de trabalho extraordinário, com a taxa de desemprego em torno dos 4% mas com subidas moderadas dos custos salariais, manteve a sua estratégia de normalização gradual das taxas de juro de curto prazo, tendo alterado o *target* para os *Fed Funds* para 1,75%, em três subidas de 25 bps cada (Março, Junho e Dezembro). Paralelamente, iniciou a redução do seu balanço, através do não reinvestimento dos montantes vencidos, processo que se prolongará por aproximadamente 3 anos.

Na Zona Euro, eleições na Holanda, França e Alemanha, com particular incerteza quanto ao seu resultado e com potenciais consequências no funcionamento e na própria estabilidade da União Europeia “UE”, ensombravam uma situação económica invulgarmente favorável. As preocupações políticas diminuíram ligeiramente quando o partido europeísta de centro-direita venceu as eleições holandesas, evitando o risco da eleição de um partido anti-UE. Os resultados das eleições francesas, em Abril, e, já em Setembro, das alemãs confirmariam um quadro eleitoral muito mais moderado do que se chegou a temer.

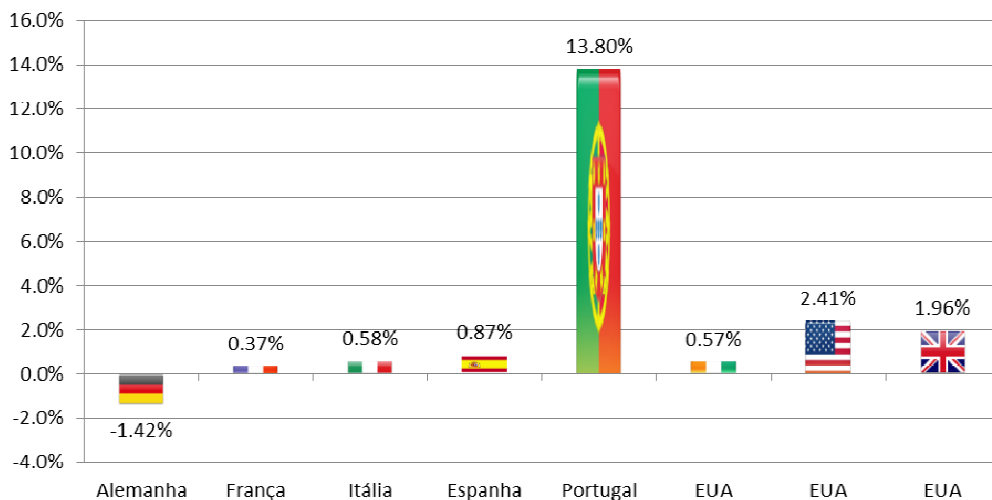
Apesar do forte crescimento económico na UE, a inflação manteve-se estável e abaixo do *target* de 2% fixado pelo Banco Central Europeu “BCE”. Aliás, se excluídas as componentes mais voláteis de alimentação e energia, a inflação na UE têm registado valores muito perto de 1% ao longo dos últimos 5 anos. Assim, o BCE manteve uma política monetária altamente expansionista, não tendo mexido nas suas taxas diretoras e tendo mesmo estendido o seu programa de compra de dívida até, pelo menos, setembro de 2018 embora tenha reduzido o montante de compras mensais.

No mercado global de obrigações, o sentimento foi alternando entre expetativas de subidas de *yields*, impulsionadas pela força da economia global, pela política fiscal pró-crescimento do presidente Trump e pela atuação da FED nas taxas de curto prazo e por uma estabilização das taxas de longo prazo, fruto das políticas de *quantitative easing* do BCE e do *Bank of Japan* “BoJ”.

A estrutura da curva americana de taxas de juro evidenciou um movimento de achatamento, tendo a maturidade de 10 anos terminado o ano ao mesmo nível onde tinha começado (2,4%) enquanto as maturidades mais curtas registaram movimentos de subida.

Na Alemanha, face à aproximação do fim do programa de compra de dívida, verificou-se uma subida de cerca de 20bp na zona dos 10 anos. De realçar, pela positiva, o desempenho da dívida portuguesa com um desempenho notável.

Retorno absoluto dos índices de obrigações do tesouro com maturidades superior a 1 ano



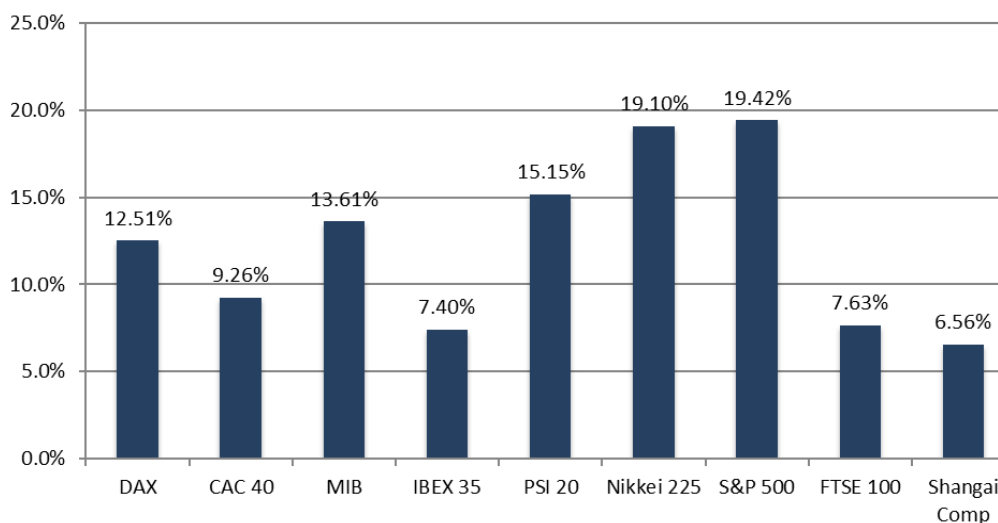
Fonte: Bloomberg

O mercado de dívida privada manteve um tom positivo, com os *spreads* de crédito a manterem a sua trajetória descendente, atingido níveis que consideramos, na generalidade, dos casos completamente desajustados. Mais uma vez, o programa de compra de dívida do BCE explica, em grande medida, este movimento, tendo-se assistido, compreensivelmente, a uma extensão das maturidades das emissões por parte das empresas.

Apesar de todos os fatores de incerteza e instabilidade, anteriormente referidos, o comportamento dos principais mercados acionistas foi de fortes ganhos, tanto na Europa como nos EUA.

De referir que apenas no último trimestre do ano se verificou divergência de tendência entre os mercados europeus e americano. Nos EUA o último trimestre foi de forte valorização, em particular o S&P 500, impulsionado pela expectativa da aprovação da reforma tributária do Presidente Trump enquanto na Europa apesar da melhoria dos dados económicos, as ações caíram, devido a um euro forte, ao risco político latente e a alguma realização de mais-valias não comprometendo, contudo, o bom resultado anual.

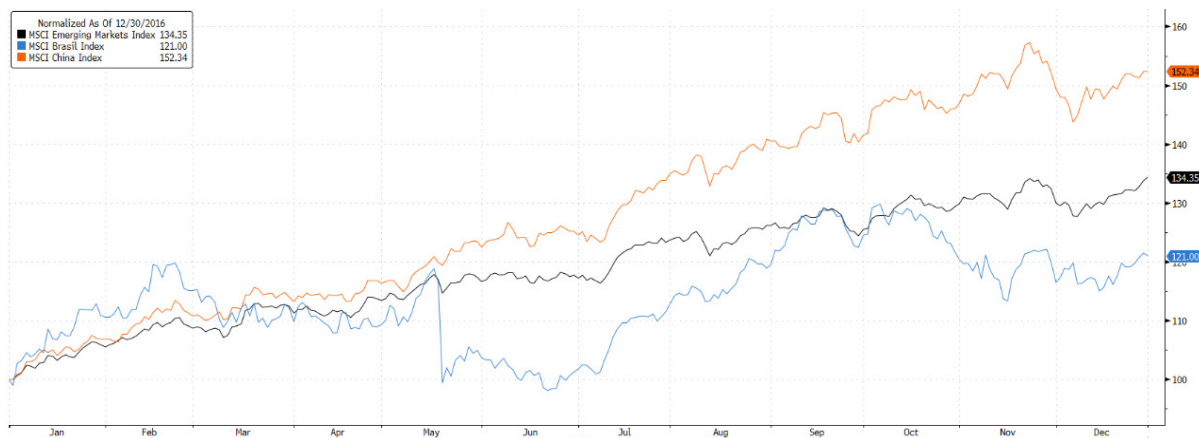
Retorno anual dos principais índices de ações



Fonte: Bloomberg

A esta tendência não escaparam os mercados emergentes que apresentaram fortes valorizações impulsionados por um dólar fraco, em particular o Brasil, tendo o MSCI Emerging Markets Index registado uma forte valorização e superado o MSCI World Index.

Evolução dos índices MSCI – Emerging Markets, Brasil e China



Evolução do Dólar Norte-Americano em relação ao Euro



Fonte: Bloomberg

2.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

A estratégia de gestão do Fundo manteve-se, baseada numa elevada componente de depósitos à ordem remunerados, depósitos a prazo e de papel comercial (ativos de curto prazo), como forma de controlar o nível de volatilidade e de aproveitar remunerações interessantes face ao nível de risco assumido. Este núcleo central de instrumentos de curto prazo é complementado com ativos de vida residual até dez anos, que, embora introduzam um pouco de risco de mercado, apresentam uma boa relação risco / retorno, permitindo assim aumentar ligeiramente as rentabilidades esperadas sem pôr em causa o adequado nível de risco global da carteira. No entanto, dado que a maior parte dos ativos em carteira com maturidades mais longas era

essencialmente de taxa fixa, foi decidido, desde 2014, utilizar-se de forma ativa posições de cobertura através de futuros sobre obrigações alemãs.

A contínua redução da remuneração dos depósitos a prazo na generalidade das instituições bancárias tem levado a um aumento gradual da concentração em algumas contrapartes. No final de 2016 o Fundo detinha depósitos a prazo, e depósitos à ordem remunerados, em quatro instituições financeiras de quatro grupos bancários distintos.

A exposição a dívida pública Portuguesa ou equiparada no início do ano era de 6,17% incluindo empresas do sector empresarial do estado ou regiões autónomas.

A exposição aos restantes países periféricos é essencialmente de curto prazo, com o total entre Itália e Espanha a perfazer aproximadamente 18,43% do Fundo. Incluindo regiões Espanholas a exposição era de 21,31%.

Ao longo do ano, o Fundo manteve um nível elevado de liquidez, aumentado a exposição a depósitos a prazo e reduzindo a exposição a papel comercial, com o intuito de manter a volatilidade do Fundo baixa.

Por seu turno, a exposição a obrigações de taxa variável sofreu um aumento significativo passando de 11,94%, no início do ano, para 14,73% no final de 2017.

Face à escassez de oportunidades, a equipa de gestão decidiu aumentar ligeiramente a concentração em alguns dos emitentes em carteira, em particular emitentes nacionais privados (Sonae e José de Mello Saúde) e setor empresarial do estado (Sociedade Gestora de Recursos e Equipamento de Saúde dos Açores), os quais acredita que ainda apresentam uma relação de risco / retorno interessante face às atuais alternativas. No entanto, a falta de alternativas, dado o elevado montante de dívida, pública e privada, que transacionava no final do ano com taxas de juro negativas, levou-nos a continuar a optar por utilizar os depósitos à ordem como alternativa, sempre que possível de forma remunerada, e a reduzir a exposição a emitentes *corporate*.

No final do ano o Fundo tinha um total de 32,66% em depósitos a prazo, 16,52% em depósitos à ordem, 34,83% em dívida pública, 6,86% em quasi-sovereign, 7,48% em dívida corporate e 1,65% papel comercial.

2.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DO FUNDO

Em 31 de dezembro de 2017, o montante sob gestão do Fundo ascendia a 27.290.838 EUR, sendo o valor da unidade de participação da categoria A de 5,8616 EUR e de 7,9054 USD para a categoria B.

As unidades de participação em circulação das categorias A e B eram respetivamente 4.342.081 e 279.006.

No quadro seguinte apresenta-se a demonstração do património do fundo com referência a 31 de dezembro de 2017:

Rubrica	Montante
Valores mobiliários	13.754.721 €
Saldos bancários	13.745.918 €
Outros Ativos	133.471 €
Total Ativos	27.634.110 €
Passivo	343.272 €
Valor Líquido do Inventário	27.290.838 €

No que se refere às unidades de participação em circulação e seu correspondente valor unitário, de seguida apresenta-se quadro com a sua evolução mensal no ano de 2017:

Evolução da actividade do Fundo *

Mês	Cat. A - EUR		Cat. B - EUR		Montante sob gestão
	Valor da UP	Nº de UP's	Valor da UP	Nº de UP's	
janeiro	5,8448 €	4.670.599	\$7,8240	301.415	29.491.740 €
fevereiro	5,8473 €	4.645.333	\$7,8344	301.214	29.389.888 €
março	5,8530 €	4.618.619	\$7,8377	292.994	29.180.833 €
abril	5,8538 €	4.612.530	\$7,8307	292.994	29.102.082 €
maio	5,8541 €	4.588.419	\$7,8428	292.994	28.909.379 €
junho	5,8568 €	4.459.654	\$7,8482	292.994	28.134.520 €
julho	5,8582 €	4.399.927	\$7,8611	292.994	27.739.751 €
agosto	5,8567 €	4.372.822	\$7,8657	289.548	27.536.344 €
setembro	5,8582 €	4.474.841	\$7,8748	289.302	28.144.301 €
outubro	5,8644 €	4.421.825	\$7,8965	287.678	27.883.531 €
novembro	5,8665 €	4.373.838	\$7,8944	284.888	27.557.237 €
dezembro	5,8616 €	4.342.081	\$7,9054	279.006	27.290.838 €

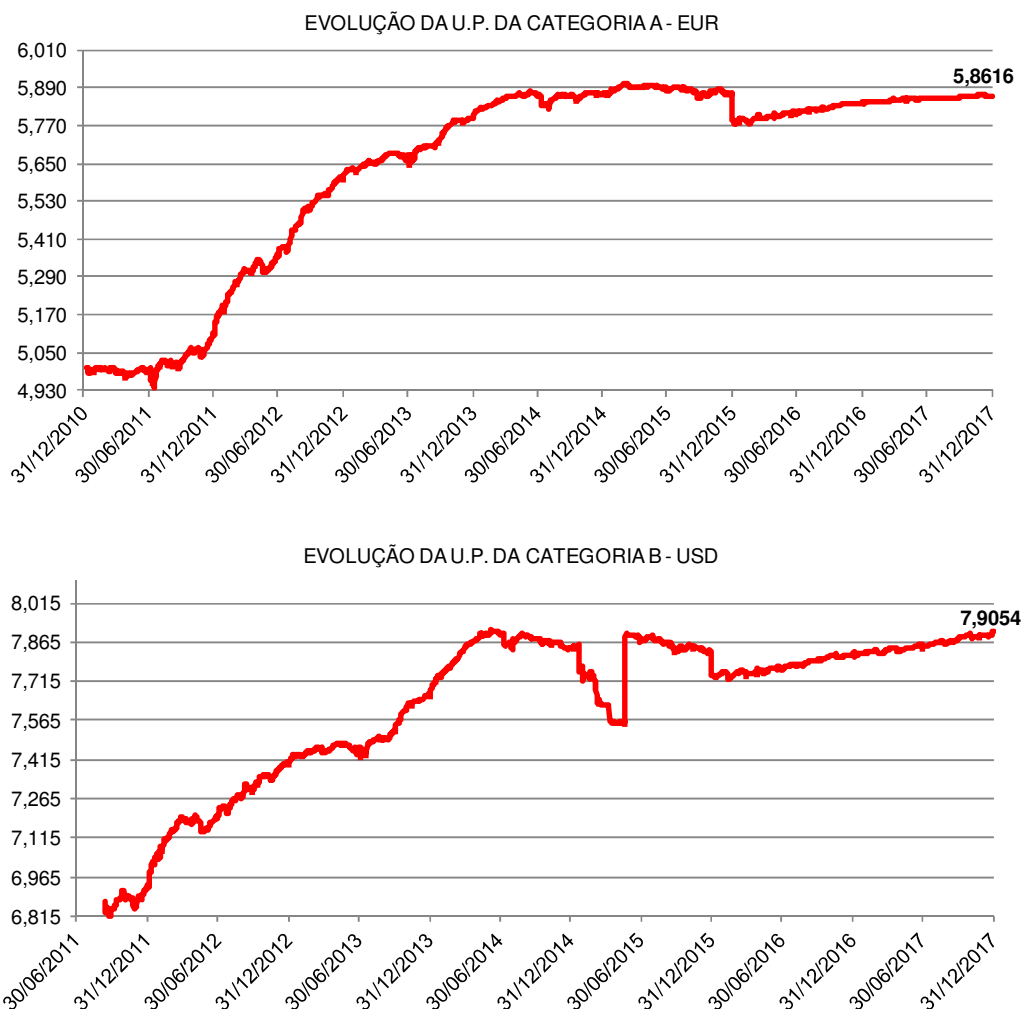
Valores de final de cada mês

Os quadros seguintes apresentam a evolução, nos três últimos anos, do número de unidades de participação em circulação, do valor da unidade de participação e do número de participantes:

Categoria A - EUR	2017	2016	2015	2014	2013
Nº UP's	4.342.081	4.749.927	7.236.614	12.576.102	12.589.280
Valor das UP's	5,8616 €	5,8425 €	5,7874 €	5,8692 €	5,7902 €
Nº de Participantes	2008	2393	3401	4385	3234

Categoria B - USD	2017	2016	2015	2014	2013
Nº UP's	279.006	304.066	404.626	759.867	625.780
Valor das UP's	\$7,9054	\$7,8249	\$7,7396	\$7,8409	\$7,6616
Nº de Participantes	57	68	92	174	109

O valor das unidades de participação das categorias A e B tiveram a evolução descrita pelos gráficos seguidamente apresentados:



No período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017 os custos com comissões de gestão e de depósito ascenderam respetivamente a 142.516 EUR e 28.503 EUR. Relativamente aos custos e proveitos do Fundo, os mesmos ascenderam ao montante total de 796.357 EUR e 641.844 EUR respetivamente.

O quadro seguinte apresenta a evolução, nos últimos cinco anos, do total de proveitos e custos e comissões de gestão e depósito suportadas:

	2017	2016	2015	2014	2013
Volume total sob gestão	27.290.838 €	30.008.974 €	44.758.174 €	78.719.704 €	76.371.293 €
Proveitos (totais)	641.846 €	1.152.277 €	2.813.028 €	7.185.270 €	3.812.267 €
Custos (totais)	796.359 €	759.985 €	2.899.917 €	5.333.632 €	2.187.905 €
Comissão de gestão	142.516 €	173.254 €	431.189 €	795.206 €	433.730 €
Comissão de depósito	28.503 €	34.651 €	73.183 €	132.535 €	72.289 €
Comissões de transacção	4.038 €	5.139 €	7.773 €	7.814 €	3.445 €

2.4. RENDIBILIDADES E RISCO HISTÓRICO

A rentabilidade e risco do Fundo, nos últimos três anos, é a que se descreve seguidamente:

Categoria A - EUR					
	2017	2016	2015	2014	2013
Rendibilidade	0,33%	0,95%	-1,39%	1,36%	3,33%
Risco	1	2	2	2	2

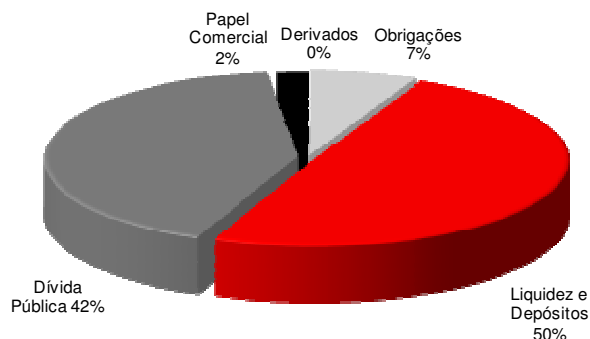
Categoria B - USD					
	2017	2016	2015	2014	2013
Rendibilidade	1,03%	1,10%	-1,29%	2,34%	3,53%
Risco	2	2	3	2	2

Acresce referir que dando cumprimento ao disposto no art. 71º do Regulamento nº 5/2013 da CMVM:

- a rentabilidade divulgada representa dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo);
- As rentabilidades apresentadas não incluem comissões de subscrição e/ou resgate e têm como base os valores das unidades de participação calculados no último dia de cada ano e apenas seriam obtidas se o investimento fosse efetuado durante a totalidade do período de referência;
- As rentabilidades históricas apresentadas são calculadas na divisa em que se encontra denominada cada uma das categorias de unidade de participação do Fundo.

2.5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE APLICAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Principais activos em carteira	%
Dívida Pública ITÁLIA 2018 06 01	7,47%
Dívida Pública ESPANHA 2018 01 31	6,51%
Dívida Pública ITÁLIA 2018 10 15	5,90%
SAUDCR 2022 06 20	5,30%
Dívida Pública ESPANHA 2018 04 30	4,05%
	29,22%



Nota: O investimento em dívida pública inclui ativos detidos pelo fundo em dívida soberana, quasi-soberana e supranacional

2.6. MONTANTE TOTAL DE REMUNERAÇÕES PAGAS PELA SOCIEDADE GESTORA AOS SEUS COLABORADORES

No exercício de 2017 a sociedade gestora do fundo, Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário registou um custo total com remunerações dos seus colaboradores no montante de 482.163 € o qual se desagrega da seguinte forma:

	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis
Orgãos de Gestão	203.509 €	-----
Colaboradores	278.654 €	-----

Em 31 de dezembro de 2017 a administração é constituída por 3 elementos e os restantes colaboradores são em número total de 4.

2.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2017 as responsabilidades do Fundo, com instrumentos derivados apresentam o seguinte detalhe:

31 de dezembro de 2017								
Contrato	Data Início	Data Fim	Contraparte	Posição	Valor em USD	Valor em EUR	Valor de Mercado EUR	
Forwards cambiais								
Compra de USD contra EUR	31/10/17	12/01/18	BEST	Compra	126.201,24	108.000,00	-2.826	
Compra de USD contra EUR	02/11/17	12/01/18	MBCP	Compra	2.150.000,00	1.841.541,76	-49.765	
Venda de USD contra EUR	09/11/17	12/01/18	BEST	Venda	23.343,80	20.000,00	546	
Venda de USD contra EUR	22/12/17	12/01/18	BEST	Venda	47.544,00	40.000,00	378	
							-51.667	
31 de dezembro de 2017								
Contrato	Data Início	Data Fim	Contraparte	Quantidade	Posição	Valor de Mercado	Valor Nacional	Exposição
Futuros de taxa de juro								
EURBOBL 03/2018	11/12/17	08/03/18	BEST	7	Venda	131,61	1000	921.270

2.8. MOVIMENTOS OCORRIDOS NOS ATIVOS DO OICVM

Os movimentos ocorridos nos ativos do Fundo até 31 de dezembro de 2017 foram os que se seguidamente se discriminam:

Rubrica	Montante
Rendimento do investimento	416 612 €
Custos de gestão	142 516 €
Custos de depósito	28 503 €
Outros encargos, taxas e impostos	28 981 €
Custos de negociação	4 038 €
Aumento ou diminuição da conta de capital	-2 718 136 €
Lucro líquido	-154 513 €
Mais ou menos valias de investimento	-358 954 €
Alteração que afete os ativos e passivos	0 €

2.9. NOTAS FINAIS

O prospeto, o IFI (Informações Fundamentais destinadas aos Investidores) bem como o relatório anual e semestral, encontram-se à disposição de todos os interessados junto da sede da entidade gestora ou nos balcões do depositário.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora

Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes
Presidente

Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto
Vogal

Pedro Miguel Fernandes e Fernandes
Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Em 31 de dezembro de 2017
(montantes expressos em euros)*

EUROBIC TESOURARIA - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

Designação	Quantidade	Preço unitário	Moeda	Juro Decorrido (EUR)	Valor Total (EUR)
A - Composição discriminada da carteira dos OIC					
1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS NEGOCIADOS EM MERCADO REGULAMENTADO					
1.1 Mercados regulamentados nacionais					
1.1.1 Títulos de Dívida Pública					
GOVMAD 0 06/09/22	200.000	102,48%	EUR	195	205.155
1.1.2 Outros Fundos Públicos e Equiparados					
SAUDCR 0 06/20/22	1.400.000	103,26%	EUR	1.497	1.447.165
1.1.3 Obrigações diversas					
JOSEML 0 06/09/19	550.000	101,71%	EUR	1.101	560.479
MCPPL 0 07/14/19	80.000	93,50%	EUR	1.408	76.208
SONPL 0 06/12/18	600.000	101,00%	EUR	1.023	607.023
VERSE2 2.98 02/16/18	91.784	100,17%	EUR	106	92.042
VERSE3 1.99 02/12/19	218.719	100,79%	EUR	218	220.662
1.3 Mercados regulamentados de Estado-membro da UE					
1.3.1 Títulos de dívida pública					
BTPS 0.05 10/15/19	400.000	100,27%	EUR	42	401.102
BTPS 0.3 10/15/18	1.600.000	100,56%	EUR	1.015	1.610.023
BTPS 1.2 04/01/22	300.000	102,38%	EUR	900	308.031
BTPS 2.05 08/01/27	100.000	100,38%	EUR	854	101.233
BTPS 3 1/2 06/01/18	2.000.000	101,62%	EUR	5.769	2.038.209
CCTS 0 04/15/25	200.000	100,71%	EUR	289	201.705
CCTS 0 11/15/19	900.000	102,34%	EUR	1.064	922.124
SPGB 0 1/4 04/30/18	1.100.000	100,20%	EUR	1.846	1.104.046
SPGB 4 1/2 01/31/18	1.700.000	100,35%	EUR	70.003	1.776.004
SPGB 4.1 07/30/18	1.000.000	102,58%	EUR	17.299	1.043.139
1.3.2 Outros Fundos Públicos e Equiparados					
GENCAT 4.95% 2/11/20	200.000	106,20%	EUR	8.761	221.151
1.3.3 Obrigações diversas					
BESPL 2 5/8 05/08/17	600.000	29,50%	EUR	0	177.000
SUGALG 4 1/4 10/27/2	300.000	101,87%	EUR	2.277	307.887
2. OUTROS VALORES					
2.3 Outros Instrumentos de dívida					
2.3.2 Papel comercial					
Jose Mello Saúde/25	350.000		EUR	107	350.107
REN 1º PRG 2013/136	100.000		EUR	1	100.001

EUROBIC TESOURARIA - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO
(cont.)

Designação	Quantidade	Preço unitário	Moeda	Juro Decorrido (EUR)	Valor Total (EUR)
A - Composição discriminada da carteira dos OIC					
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS (cont.)					
7. LIQUIDEZ					
7.1 À vista					
7.1.2 Depósitos à ordem					
BANCOESPIRITOSA 0%			EUR	0	79
BARCL .05%			EUR	9	2.149.062
BBVA 0%			EUR	0	436
BCP 0%			EUR	0	7.942
BEST 0%			EUR	0	355.620
BIC 0%			EUR	0	2.078.435
BIC 0%			USD	0	10.670
BIG 0%			EUR	0	16.062
BPOP 0%			EUR	0	5
BST 0%			EUR	0	0
CGD 0%			EUR	0	623
7.2 A prazo					
7.2.1 Depósitos c/ pré aviso e a prazo					
BCP .25% 07-06-2017 07-06-2018			EUR	2.013	1.402.013
BCP .25% 10-05-2017 10-05-2018			EUR	6.528	4.006.528
BIG .35% 06-09-2017 06-09-2018			EUR	564	500.564
BIG .35% 06-09-2017 08-03-2018			EUR	564	500.564
BIG .35% 06-12-2017 07-06-2018			EUR	122	500.122
CGD .1% 09-05-2017 09-05-2018			EUR	1.311	2.001.311
9. OUTROS VALORES A REGULARIZAR					
9.1 Valores activos					
EURBOBL	-7	131,61	EUR	0	6.580
Valores activos	-70.888		USD		923
Valores activos	8		EUR		8
9. OUTROS VALORES A REGULARIZAR					
9.2 Valores passivos					
Valores passivos	2.150.000		USD		-49.765
Valores passivos	126.201		USD		-2.826
Valores passivos	-61.507		EUR		-64.613
B - Valor Líquido Global do Fundo:					27.290.838

EUROBIC TESOURARIA - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO
(cont.)

Designação	Quantidade	Preço unitário	Moeda	Juro Decorrido (EUR)	Valor Total (EUR)
C - Responsabilidades Extrapatrimoniais:					
10. OPERAÇÕES CAMBIAIS					
10.1.2 Fora de mercado regulamentado					
10.1.2.1 Forwards					
BCP 0% 02-11-2017 12-01-2018	2.150.000		USD		1.791.777
BEST 0% 09-11-2017 12-01-2018	-23.344		USD		-19.454
BEST 0% 22-12-2017 12-01-2018	-47.544		USD		-39.622
BEST 0% 31-10-2017 12-01-2018	126.201		USD		105.174
11. OPERAÇÕES SOBRE TAXA DE JURO					
11.1.1 Em mercado regulamentado					
11.1.1.1 Futuros					
EURBOBL	-7	131,61	EUR		-921.270
D - Número de Unidades de Participação em Circulação:					4.621.087,3452
Categoria A - denominada em EUR					4.342.081,1314
Categoria B - denominada em USD					279.006,2138

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

ATIVO							CAPITAL E PASSIVO				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017			2016	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017	2016
			Ativo bruto	Mais-valias	Menos-valias	Ativo líquido					
21 26	CARTEIRA DE TÍTULOS						61 62 64 66	CAPITAL DO FUNDO			
	Obrigações	3	13.726.283	80.503	(502.065)	13.304.721		Unidades de participação	1	23.107.351	25.272.054
	Outros instrumentos de dívida	3	450.000	-	-	450.000		Variações patrimoniais	1	(1.291.619)	(892.699)
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS		14.176.283	80.503	(502.065)	13.754.721		Resultados transitados	1	5.629.619	5.237.327
								Resultado líquido do exercício	1	(154.513)	392.292
	DISPONIBILIDADES							TOTAL DO CAPITAL DO FUNDO		27.290.838	30.008.974
12	Depósitos à ordem	3	4.845.918	-	-	4.845.918					
13	Depósitos a prazo e com pré-aviso	3	8.900.000	-	-	8.900.000		TERCEIROS			
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES		13.745.918	-	-	13.745.918		Resgates a pagar aos participantes	19	24.280	36.206
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						421	Comissões a pagar	19	49.594	54.063
51	Acréscimos de proveitos	18	76.330	-	-	76.330	424+...+429	Outras contas de credores	19	217.721	17.002
52	Despesas com custo diferido	18	50.562	-	-	50.562		TOTAL DOS VALORES A PAGAR		291.595	107.271
58	Outros acréscimos e diferimentos	18	6.579	-	-	6.579		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS		133.471	-	-	133.471		Acréscimos de custos	10	-	-
								Outros acréscimos e diferimentos	11 e 12	51.667	7.620
								TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS		51.677	7.620
	TOTAL DO ATIVO		28.055.672	80.503	(502.065)	27.634.110		TOTAL DO PASSIVO		343.272	114.891
								TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO		27.634.110	30.123.865
Número total de unidades de participação em circulação em EUR							Valor unitário da unidade de participação em EUR				
Número total de unidades de participação em circulação em USD							Valor unitário da unidade de participação em USD				

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS									
DIREITOS SOBRE TERCEIROS					RESPONSABILIDADES SOBRE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017	2016	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017	2016
912	OPERAÇÕES CAMBIAIS A prazo (Forwards cambiais)	11	1.837.875	2.253.819	912	OPERAÇÕES CAMBIAIS A prazo (Forwards cambiais)	11	1.837.875	2.253.819
			1.837.875	2.253.819				1.837.875	2.253.819
925	OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO Futuros	12	921.270	801.780	925	OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO Futuros	12	921.270	801.780
			2.759.145	3.055.599				2.759.145	3.055.599
	TOTAL DOS DIREITOS					TOTAL DAS RESPONSABILIDADES			

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017	2016	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Notas	2017	2016
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
711+718	Juros e custos equiparados				812+813	Juros e proveitos equiparados			
	De operações correntes	5	4.493	217		Da carteira de títulos e outros ativos	5	375.326	554.284
	Comissões e taxas				811+814+817+818	Outros, de operações correntes	5	41.286	127.146
722+723	Da carteira de títulos e outros ativos	5	3.661	4.808		Ganhos em operações financeiras			
724+...+728	Outras, de operações correntes	5	185.559	224.379	832+833	Na carteira de títulos e outros ativos	5	129.525	183.665
729	De operações extrapatrimoniais	5	377	331	831+838	Outras, de operações correntes	5	28.322	7.130
	Perdas em operações financeiras				839	Em operações extrapatrimoniais	5	67.387	280.051
732+733	Na carteira de títulos e outros ativos	5	264.283	287.260	87	Outros proveitos e ganhos correntes		-	1
731+738	Outras, de operações correntes	5	3.010	5.927		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		641.846	1.152.277
739	Em operações extrapatrimoniais	5	316.895	216.921					
	Impostos								
7412+7422	Impostos indiretos	9	14.441	17.020					
77	Outros custos e perdas correntes		3.640	3.122					
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		796.359	759.985					
66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (se > 0)		-	392.292	66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (se < 0)		154.513	-
	TOTAL		796.359	1.152.277		TOTAL		796.359	1.152.277
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da carteira de títulos		236.907	445.881	D-C	Resultados eventuais		-	-
8x9-7x9	Resultados das operações extrapatrimoniais		(249.885)	62.799	B+D-A-C+74	Resultados antes de imposto sobre o rendimento		(140.072)	409.312
B-A	Resultados correntes		(154.513)	392.292	C+7411/8+7421/8	Resultado líquido do exercício		(154.513)	392.292

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)

	2017	2016
<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</u>		
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	1.964.280	844.474
Pagamentos		
Resgates de unidades de participação	(4.539.175)	(16.357.067)
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	(2.574.895)	(15.512.593)
<u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS</u>		
Recebimentos:		
Venda de títulos	3.297.324	4.580.558
Reembolso de títulos e outros ativos	34.728.063	30.001.028
Juros e proveitos similares recebidos	469.270	638.771
Outros recebimentos relacionados com a carteira	59.981	78.604
Pagamentos:		
Compra de títulos	(35.992.567)	(28.018.801)
Outras taxas e comissões	(3.661)	(4.808)
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	2.558.410	7.275.352
<u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos		
Operações cambiais	-	45.629
Pagamentos		
Operações cambiais	(155.138)	
Operações de taxa de juro	(15.120)	(6.420)
Outros pagamentos operações a prazo e de divisas	(377)	(331)
Fluxo das operações a prazo e de divisas	(170.635)	38.878
<u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	68.856	301.469
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(146.335)	(205.812)
Comissão de depósito	(29.267)	(40.102)
Juros devedores de depósitos bancários	(4.753)	(217)
Impostos e taxas	(20.789)	(42.144)
Outros pagamentos correntes	(14.085)	(13.579)
Fluxo das operações de gestão corrente	(146.373)	(385)
Disponibilidades no início do período	14.079.411	22.278.159
Saldo dos fluxos de caixa do período	(333.493)	(8.198.748)
Disponibilidades no fim do período	13.745.918	14.079.411

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

INTRODUÇÃO

O “EUROBIC Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto” (adiante igualmente designado por “Fundo” ou “OIC”), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 9 de dezembro de 2010, tendo iniciado a sua atividade em 10 de janeiro de 2011.

É um Fundo aberto de tesouraria, constituído por tempo indeterminado, e tem como principal objetivo proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de ativos de curto prazo procurando um nível de rentabilidade próximo das taxas de juro dos mercados monetários, através do investimento efetuado maioritariamente em instrumentos de baixa volatilidade e de curto prazo, designadamente, certificados de depósito, depósitos e aplicações nos mercados interbancários, bilhetes do tesouro, papel comercial, obrigações e outros instrumentos de dívida de natureza equivalente.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Dunas Capital - Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BIC Português, S.A. (EuroBIC).

O Fundo foi inicialmente constituído por unidades de participação denominadas em euros. Em 7 de setembro de 2011, foi autorizada por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a categorização das unidades de participação passando o Fundo a ser constituído por duas categorias:

- i. Categoria A – denominada em euros;
- ii. Categoria B – denominada em dólares dos Estados Unidos da América (USD).

A comercialização das unidades de participação da Categoria B iniciou-se no dia 13 de setembro de 2011.

O valor inicial da unidade de participação da Categoria B resultou da conversão do valor da unidade de participação da Categoria A ao fixing do câmbio EUR/USD do dia 13 de setembro de 2011.

As unidades de participação da Categoria A e as unidades de participação da Categoria B podem apresentar valorizações distintas, em virtude de existirem custos e proveitos especificamente relacionados com cada uma dessas categorias. A diferença na valorização das duas categorias de unidades de participação reside, fundamentalmente, na cobertura de risco cambial que é realizada nas unidades de participação da Categoria B, denominadas em dólares dos Estados Unidos.

Assim, todos os custos e proveitos relacionados com a referida cobertura do risco cambial são imputados especificamente às unidades de participação da Categoria B, para efeitos de valorização das mesmas.

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

1. CAPITAL DO FUNDO

O capital do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam. O valor da unidade de participação para efeitos de constituição do Fundo foi de cinco euros (unidade de participação da categoria A denominada em euros).

As unidades de participação da categoria B denominada em USD iniciaram a sua comercialização no dia 13 de setembro de 2011, tendo o seu valor inicial resultado da conversão do valor da unidade de participação da Categoria A ao fixing do câmbio euros/USD do próprio dia.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição e de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia do pedido e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O movimento ocorrido no capital do Fundo em cada uma das categorias durante os exercícios de 2016 e 2017 foi o seguinte:

Categoria A						
	Valor base	Diferença para o valor base	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Número de unidades de participação em circulação
						Valor unitário da unidade de participação
Saldos em 31 de dezembro de 2015	36.183.066	1.754.851	4.455.091	(511.358)	41.881.650	7.236.613,5034
Subscrições	715.891	117.406	-	-	833.297	143.178,1109
Resgates	(13.149.321)	(2.108.949)	-	-	(15.258.270)	(2.629.864,1389)
Resultados transitados	-	-	(511.358)	511.358	-	-
Outros	1	(4)	-	-	(3)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	295.119	295.119	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	23.749.637	(236.696)	3.943.733	295.119	27.751.793	4.749.927,4754
Subscrições	1.675.950	286.501	-	-	1.962.451	335.190,0319
Resgates	(3.715.182)	(635.632)	-	-	(4.350.814)	(743.036,3759)
Resultados transitados	-	-	295.119	(295.119)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	88.289	88.289	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	21.710.405	(585.827)	4.238.852	88.289	25.451.719	4.342.081,1314
Categoria B						
	Valor base	Diferença para o valor base	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Número de unidades de participação em circulação
						Valor unitário da unidade de participação
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.025.915	(442.985)	869.125	424.469	2.876.524	404.626,4345
Subscrições	7.991	2.891	-	-	10.882	1.595,9154
Resgates	(511.485)	(215.909)	-	-	(727.394)	(102.156,4536)
Resultados transitados	-	-	424.469	(424.469)	-	-
Outros	(4)	-	-	-	(4)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	97.173	97.173	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.522.417	(656.003)	1.293.594	97.173	2.257.181	304.065,8963
Subscrições	800	375	-	-	1.175	159,8383
Resgates	(126.272)	(50.164)	-	-	(176.436)	(25.219,5208)
Resultados transitados	-	-	97.173	(97.173)	-	-
Outros	1	-	-	-	1	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(242.802)	(242.802)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.396.946	(705.792)	1.390.767	(242.802)	1.839.119	279.006,2138

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor unitário das unidades de participação da Categoria B em euros e USD é o que se apresenta:

	2017	2016
Valor unitário das unidades de participação em euros	6,5916	7,4233
Câmbio EUR/USD	1,1993	1,0541
Valor unitário das unidades de participação em USD	<u>7,9054</u>	<u>7,8249</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 existiam 4.141 e 6.198 unidades de participação da Categoria A, as quais se encontravam pendentes de liquidação nos montantes de 24.280 euros e 36.206 euros, respetivamente (Nota 19).

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, foram subscritas 265 e 154 unidades de participação da Categoria A as quais se encontravam pendentes de emissão, nos montantes de 1.553 euros e 900 euros, respetivamente (Nota 19).

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada trimestre dos exercícios de 2015 a 2017, foi o seguinte:

Ano	Meses	Valor líquido Global do Fundo	Valor da unidade de participação		Número de unidades de participação em circulação	
			Categoria A em EUR	Categoria B em USD	Categoria A	Categoria B
2017	Março	29.180.833	5,8530	7,3311	4.618.618,9448	292.993,6319
	Junho	28.134.520	5,8568	7,8482	4.459.653,8988	292.993,6319
	Setembro	28.144.301	5,8582	7,8748	4.474.840,9452	289.302,1790
	Dezembro	27.290.838	5,8616	7,9054	4.342.081,1314	279.006,2138
2016	Março	36.631.974	5,7931	7,7425	5.909.208,7238	352.742,7988
	Junho	33.088.057	5,8091	7,7590	5.282.020,5745	343.950,4747
	Setembro	31.640.952	5,8253	7,7983	5.031.798,2842	333.320,6994
	Dezembro	30.008.974	5,8425	7,8249	4.749.927,4754	304.065,8963
2015	Março	70.418.725	5,8918	7,6255	11.260.563,8211	574.689,0584
	Junho	56.517.342	5,8812	7,8731	9.100.776,5508	425.443,0885
	Setembro	51.014.769	5,8559	7,8317	8.214.421,7674	416.502,9318
	Dezembro	44.758.174	5,7874	7,7396	7.236.613,5034	404.626,4345

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número de participantes em função do valor líquido global do Fundo apresenta o seguinte detalhe:

	2017		2016	
	Categoria A	Categoria B	Categoria A	Categoria B
Superior a 25%	1	1	1	1
Entre 10% e 25%	1	-	-	-
Entre 5% e 10%	-	1	1	1
Entre 2% e 5%	1	4	-	5
Entre 0,5% e 2%	7	10	8	12
Até 0,5%	1.998	41	2.383	49
	<u>2.008</u>	<u>57</u>	<u>2.393</u>	<u>68</u>

2. VOLUME DE TRANSAÇÕES

O volume de transações ocorrido durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017			2016		
	Compras	Vendas	Total	Compras	Vendas	Total
Outros instrumentos de dívida	16.950.000	-	16.950.000	6.649.744	1.533.057	8.182.801
Obrigações diversas	-	574.301	574.301	809.817	948.298	1.758.115
Outros fundos públicos e equiparados	-	610.974	610.974	2.019.975	1.216.848	3.236.823
Obrigações de dívida pública	19.245.270	2.112.049	21.357.319	18.539.265	882.355	19.421.620
Contratos de futuros	3.986.190	4.104.760	8.090.950	2.914.940	3.702.680	6.617.620
	<u>40.181.460</u>	<u>7.402.084</u>	<u>47.583.544</u>	<u>30.933.741</u>	<u>8.283.238</u>	<u>39.216.979</u>

Com exceção dos contratos de futuros, as restantes compras e vendas efetuadas pelo Fundo foram realizadas fora de bolsa.

Nos termos do regulamento de gestão do Fundo não são cobradas quaisquer comissões de subscrição ou resgate.

Em 2017 e 2016 o valor de subscrições e resgates, por categoria, apresenta o seguinte movimento:

	Categoria A	Categoria B	Total
Saldos em 31 dezembro de 2015	37.937.917	1.582.930	39.520.847
Subscrições	833.297	10.882	844.179
Resgates	(15.258.270)	(727.394)	(15.985.664)
Outros	(3)	(4)	(7)
Saldos em 31 dezembro de 2016	<u>23.512.941</u>	<u>866.414</u>	<u>24.379.355</u>
Subscrições	1.962.451	1.175	1.963.626
Resgates	(4.350.814)	(176.436)	(4.527.250)
Outros	-	1	1
Saldos em 31 dezembro de 2017	<u>21.124.578</u>	<u>691.154</u>	<u>21.815.732</u>

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

O detalhe da carteira de títulos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentado nos Anexos I e II, respetivamente.

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante os exercícios de 2016 e 2017 foi o seguinte:

	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo e com pré-aviso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.003.159	17.275.000	22.278.159
. Aumentos	976.252	-	976.252
. Reduções	-	(9.175.000)	(9.175.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.979.411	8.100.000	14.079.411
. Aumentos	-	800.000	800.000
. Reduções	(1.133.493)	-	(1.133.493)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.845.918	8.900.000	13.745.918

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os depósitos à ordem (essencialmente denominados em euros) encontravam-se domiciliados nas seguintes instituições:

	2017	2016
EuroBIC	2.316.088	433.046
Bankinter	2.149.053	4.701.552
Banco Best	355.629	673.081
Outras instituições	25.148	171.732
	4.845.918	5.979.411

Em 31 de dezembro de 2017, os depósitos à ordem domiciliados junto do EuroBIC e do Banco Best não eram remunerados. Na mesma data, os depósitos à ordem domiciliados junto do Bankinter eram remunerados, quando o saldo apresentado fosse superior a 500.000 euros, à taxa de juro anual de 0,25%.

Em 31 de dezembro de 2016, os depósitos à ordem domiciliados junto do Bankinter eram remunerados à taxa de juro anual de 0,1%. Na mesma data, os depósitos à ordem junto do EuroBIC e do Banco Best não eram remunerados.

Nas mesmas datas, os depósitos a prazo (todos denominados em euros) encontravam-se domiciliados nas seguintes instituições:

	2017	2016
Millennium BCP	5.400.000	1.600.000
Caixa Geral de Depósitos	2.000.000	-
BIG	1.500.000	2.000.000
EuroBIC	-	4.500.000
	<u>8.900.000</u>	<u>8.100.000</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os depósitos a prazo venciam juros às taxas médias anuais brutas de 0,23% e 0,68% e apresentavam vencimento na sua quase totalidade nos primeiros seis meses de 2018 e 2017, respetivamente.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros corridos relativos a títulos adquiridos são registados na rubrica “Despesas com custo diferido” (Nota 18), atendendo a que a periodificação dos juros a receber é efetuada apenas a partir da data de aquisição dos respetivos títulos.

b) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

c) Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas, na data da transação, pelo seu valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente com base na última cotação disponível no momento de referência. Caso não exista cotação nesse dia, utiliza-se a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos últimos quinze dias;

- ii) Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base nas ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, ao valor médio das ofertas de compra “BID” difundidas pelos sistemas internacionais de informação de cotações, tais como, a Bloomberg. Alternativamente, a cotação pode ser obtida através de modelos teóricos de avaliação de obrigações;
- iii) Os outros valores representativos de dívida de curto prazo, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

As mais e menos-valias líquidas apuradas de acordo com os critérios de valorização descritos anteriormente, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de “Ganhos/Perdas em operações financeiras - Na carteira de títulos e outros ativos”, por contrapartida das rubricas “Mais-valias” e “Menos-valias” do ativo.

Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

d) Valorização das unidades de participação

O valor da unidade de participação de cada uma das categorias (Categoria A denominada em euros e Categoria B denominada em USD) é calculado diariamente dividindo o valor do capital do Fundo afeto a cada uma das categorias pelo número de unidades de participação em circulação de cada uma das categorias.

O valor do capital do OIC afeto a cada uma das categorias é calculado da seguinte forma:

- Categoria A: corresponde ao valor líquido global da carteira do Fundo, deduzindo dos custos e/ou proveitos acumulados dos instrumentos financeiros derivados, afetos exclusivamente à classe em USD, e respetivas despesas;
- Categoria B: corresponde ao valor líquido global da carteira do Fundo, incluindo os custos e/ou proveitos acumulados dos instrumentos financeiros derivados afetos exclusivamente a esta classe e respetivas despesas.

O capital do Fundo corresponde ao somatório das rubricas de unidades de participação, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

A rubrica “Variações patrimoniais” resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

e) Comissão de gestão e de depositário

A comissão de gestão e a comissão de depositário constituem um encargo do Fundo a título de remuneração de serviços a si prestados.

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, estas comissões são calculadas diariamente, por aplicação de uma taxa fixa anual de 0,75% para a comissão de gestão e de 0,125% para a comissão de depositário, sobre o valor diário do património líquido do Fundo.

Transitoriamente, entre 1 de novembro de 2015 e 31 de dezembro de 2017 (inclusive), as comissões de gestão e de depósito foram reduzidas para 0,5% e 0,1%, respetivamente.

A comissão de gestão e a comissão de depositário são liquidadas trimestralmente, através da aplicação das percentagens acima definidas, sendo registadas na rubrica “Comissões e taxas – Outras, de operações correntes” da demonstração dos resultados, por contrapartida da rubrica “Comissões a pagar” do balanço.

f) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo. Esta remuneração é calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do Fundo no final de cada mês. A taxa mensal aplicável ascende a 0,0012%, com um limite mensal mínimo e máximo de 100 euros e 12.500 euros, respetivamente.

g) Operações com contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de futuros, realizados em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas “Ganhos/Perdas em operações financeiras – Em operações extrapatrimoniais”.

A margem inicial, bem como os eventuais reforços do seu valor (ajustamentos de cotações) são registados na rubrica “Disponibilidades – Depósitos à ordem”.

h) Operações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para euros com base no câmbio indicativo para as operações à vista (fixing) divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do Balanço. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial são registados como proveitos e custos do período, respetivamente.

Os contratos de fixação de câmbio são reavaliados com base na taxa de juro em vigor para as diferentes moedas e prazos residuais das operações, sendo as mais e menos valias apuradas registadas na demonstração dos resultados do período em “Ganhos/Perdas em operações financeiras – De operações extrapatrimoniais” por contrapartida de “Acréscimos e diferimentos - Outros acréscimos e diferimentos”, ativos ou passivos.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

PROVEITOS

2017							
Ganhos de capital							
Mais valias potenciais	Mais valias efetivas	Total	Juros				Total
			Vencidos	Decorridos	Total		
(Nota 18)							
Operações à vista:							
Obrigações	83.722	45.803	129.525	304.685	65.112	369.797	499.322
Outros instrumentos da dívida	-	-	-	5.421	108	5.529	5.529
Depósitos	-	2.422	2.422	30.176	11.110	41.286	43.708
Operações cambiais	-	22.606	22.606	-	-	-	22.606
Outros	-	25.900	25.900	-	-	-	25.900
Operações a prazo:							
Operações cambiais	-	37.921	37.921	-	-	-	37.921
Operações sobre taxas de juro	-	6.860	6.860	-	-	-	6.860
	<u>83.722</u>	<u>141.512</u>	<u>225.234</u>	<u>340.282</u>	<u>76.330</u>	<u>416.612</u>	<u>641.846</u>
2016							
Ganhos de Capital							
Mais valias potenciais	Mais valias efetivas	Total	Juros				Total
			Vencidos	Decorridos	Total		
(Nota 18)							
Operações à vista:							
Obrigações	126.717	56.411	183.128	391.027	158.835	549.862	732.990
Outros instrumentos da dívida	-	537	537	4.093	329	4.422	4.959
Depósitos	-	7.130	7.130	88.466	38.680	127.146	134.276
Operações a prazo:							
Operações cambiais	42.371	232.940	275.311	-	-	-	275.311
Operações sobre taxas de juro	-	4.740	4.740	-	-	-	4.740
	<u>169.088</u>	<u>301.758</u>	<u>470.846</u>	<u>483.586</u>	<u>197.844</u>	<u>681.430</u>	<u>1.152.276</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS

2017							
	Perdas de capital		Juros vencidos	Comissões			Total
	Menos valias potenciais	Menos valias efetivas		Vencidas	Decorridas (Nota 19)	Total	
Operações à vista:							
Obrigações	99.710	164.573	264.283	-	-	-	264.283
Depósitos	-	3.010	3.010	4.493	-	-	7.503
Operações cambiais	-	8.516	8.516	-	-	-	8.516
Operações a prazo:							
Operações cambiais	-	300.599	300.599	-	-	-	300.599
Operações sobre taxas de juro	-	7.780	7.780	-	-	-	7.780
Comissões:							
De gestão	-	-	-	107.524	34.992	142.516	142.516
De depósito	-	-	-	21.505	6.998	28.503	28.503
Taxa de supervisão	-	-	-	2.753	1.331	4.084	4.084
Operações extrapatrimoniais	-	-	-	377	-	377	377
Carteira de títulos	-	-	-	3.661	-	3.661	3.661
Outras comissões	-	-	-	4.183	6.273	10.456	10.456
	<u>99.710</u>	<u>484.478</u>	<u>584.188</u>	<u>4.493</u>	<u>49.594</u>	<u>189.597</u>	<u>778.278</u>

2016							
	Perdas de capital		Juros vencidos	Comissões			Total
	Menos valias potenciais	Menos valias efetivas		Vencidas	Decorridas (Nota 19)	Total	
Operações à vista:							
Obrigações	52.173	234.327	286.500	-	-	-	286.500
Outros instrumentos da dívida	-	760	760	-	-	-	760
Depósitos	-	5.927	5.927	217	-	-	6.144
Operações a prazo:							
Operações cambiais	-	198.141	198.141	-	-	-	198.141
Operações sobre taxas de juro	7.620	11.160	18.780	-	-	-	18.780
Comissões:							
De gestão	-	-	-	134.442	38.812	173.254	173.254
De depósito	-	-	-	26.889	7.762	34.651	34.651
Taxa de supervisão	-	-	-	4.209	1.216	5.425	5.425
Operações extrapatrimoniais	-	-	-	331	-	331	331
Carteira de títulos	-	-	-	4.808	-	4.808	4.808
Outras comissões	-	-	-	4.776	6.273	11.049	11.049
	<u>59.793</u>	<u>450.315</u>	<u>510.108</u>	<u>217</u>	<u>54.063</u>	<u>229.518</u>	<u>739.843</u>

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo, incluindo dos fundos de investimento mobiliário (Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

Os fundos de investimento mobiliário são sujeitos à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido, expurgado, contudo, dos rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, com exclusão dos provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

Este regime apresenta uma taxa de 0,0125%, em sede de Imposto do Selo, incidente sobre o valor líquido global dos organismos de investimento coletivo que não invistam exclusivamente em instrumentos do mercado monetário e depósitos (taxa de 0,0025% nos organismos que invistam exclusivamente nestes produtos financeiros).

Em 2017 e 2016, a rubrica da demonstração dos resultados de “Impostos” referia-se a Imposto do Selo.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a cobertura do capital do Fundo da classe em dólares dos Estados Unidos é a que se apresenta:

2017						
Moedas	Valor da carteira (Nota 1)	Posição cambial				Posição Global
		A Prazo				
		Forward	Futuros	Opções	Total	
USD	2.205.658	(2.216.201)	-	-	(2.216.201)	(10.543)
Contravalor em euros	1.839.121	(1.837.875)	-	-	(1.837.875)	1.246
2016						
Moedas	Valor da carteira (Nota 1)	Posição cambial				Posição Global
		A Prazo				
		Forward	Futuros	Opções	Total	
USD	2.379.295	(2.376.253)	-	-	(2.376.253)	3.042
Contravalor em euros	2.257.181	(2.253.819)	-	-	(2.253.819)	3.362

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas do passivo e do ativo de “Outros acréscimos e diferimentos” refere-se ao efeito da reavaliação negativa e positiva dos contratos de forwards cambiais em aberto, nos montantes de 51.667 euros e 42.371 euros (Nota 18), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Fundo detinha ainda um depósito à ordem domiciliado no EuroBIC de 12.796 dólares dos Estados Unidos e 10.638 dólares dos Estados Unidos, respetivamente.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os prazos residuais até à data de vencimento dos ativos com taxa de juro fixa apresentam a seguinte composição (inclui juros corridos):

2017					
Maturidade	Valor de balanço	Forwards	Futuros	Total	Saldo
Obrigações vencidas	177.000	-	-	-	177.000
Até 1 ano	17.024.672	-	(921.270)	(921.270)	16.103.402
De 1 a 3 anos	1.150.803	-	-	-	1.150.803
De 3 a 5 anos	1.755.196	-	-	-	1.755.196
Mais de 7 anos	101.233	-	-	-	101.233
	<u>20.208.904</u>	<u>-</u>	<u>(921.270)</u>	<u>(921.270)</u>	<u>19.287.634</u>

2016					
Maturidade	Valor de balanço	Forwards	Futuros	Total	Saldo
Até 1 ano	18.690.878	-	(801.780)	(801.780)	17.889.098
De 1 a 3 anos	3.668.754	-	-	-	3.668.754
De 3 a 5 anos	1.640.416	-	-	-	1.640.416
De 5 a 9 anos	94.249	-	-	-	94.249
	<u>24.094.297</u>	<u>-</u>	<u>(801.780)</u>	<u>(801.780)</u>	<u>23.292.517</u>

A linha “Obrigações vencidas” refere-se a obrigações emitidas pelo Banco Espírito Santo, S.A. (BES) que venceram em maio de 2017. Em 2014, no âmbito da resolução do BES, estas obrigações foram transmitidas para o Novo Banco. Em 29 de dezembro de 2015, na sequência de uma deliberação do Banco de Portugal, as mesmas foram retransmitidas para o BES.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Fundo detinha os seguintes contratos de futuros sobre taxa de juro em aberto:

2017					
Tipo de contrato	Quantidade	Compra/ Venda	Valor de mercado	Valor nacional	Exposição
EURBOBL6 / 03082018	7	Venda	131,61	1.000	921.270

2016					
Tipo de contrato	Quantidade	Venda	mercado	nacional	Exposição
EURBOBL2 / 03102017	6	Venda	133,63	1.000	801.780

Em 31 de dezembro de 2017, as rubricas do ativo e do passivo de “Outros acréscimos e diferimentos” referem-se ao efeito da reavaliação positiva e negativa dos contratos de futuros de taxa de juro em aberto, nos montantes de 6.579 euros (Nota 18) e 7.620 euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica do passivo de “Outros acréscimos e diferimentos” refere-se ao efeito da reavaliação negativa dos contratos de futuros de taxa de juro em aberto, no montante de 7.620 euros.

15. ENCARGOS IMPUTADOS

Os encargos imputados ao Fundo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresentam o seguinte detalhe:

Encargos	2017	
	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de gestão fixa	142.516	0,50%
Comissão de depósito	28.503	0,10%
Taxa de supervisão	4.084	0,01%
Custos de auditoria	10.456	0,04%
Total de custos imputados ao Fundo	185.559	
Valor médio líquido global do Fundo	28.477.076	
Taxa de encargos correntes (TEC)	0,65%	

Encargos	2016	
	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de gestão fixa	173.254	0,50%
Comissão de depósito	34.651	0,10%
Taxa de supervisão	5.425	0,02%
Custos de auditoria	10.455	0,03%
Publicações	594	0,00%
Total de custos imputados ao Fundo	224.379	
Valor médio líquido global do Fundo	34.524.656	
Taxa de encargos correntes (TEC)	0,65%	

⁽¹⁾ Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência.

Nos termos do Regulamento da CMVM n.º 2/2015, de 12 de junho, a taxa de encargos correntes consiste no quociente entre a soma da comissão de gestão fixa, a comissão de depósito, a taxa de supervisão, os custos de auditoria e os outros custos correntes, num dado período, e o valor médio líquido global do Fundo nesse mesmo período. Adicionalmente, o cálculo da taxa de encargos correntes de um Fundo que estime investir mais de 30% do seu valor líquido global noutros fundos, inclui as taxas de encargos correntes dos fundos em que invista. Por outro lado, a taxa de encargos correntes não inclui os seguintes encargos: (i) componente variável da comissão de gestão; (ii) custos de transação não associados à aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação; (iii) juros suportados; e (iv) custos relacionados com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

18. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - ATIVO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2017	2016
Acréscimos de proveitos:		
. Juros da carteira de títulos (Notas 3 e 5)	65.220	159.164
. Juros de disponibilidades (Nota 5)	11.110	38.680
	<u>76.330</u>	<u>197.844</u>
Despesas com custo diferido:		
. Juros da carteira de títulos (Nota 3)	50.562	84.643
	<u>50.562</u>	<u>84.643</u>
Outros acréscimos e diferimentos	6.579	42.371
	<u>133.471</u>	<u>324.858</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Outros acréscimos e diferimentos” refere-se à reavaliação positiva dos forwards cambiais a prazo (Nota 11).

19. TERCEIROS - PASSIVO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2017	2016
Resgates a pagar aos participantes (Nota 1)	<u>24.280</u>	<u>36.206</u>
Comissões a pagar (Nota 5):		
. Comissão de gestão	34.992	38.812
. Comissão de depósito	6.998	7.762
. Outras	7.604	7.489
	<u>49.594</u>	<u>54.063</u>
Operações pendentes a liquidar	<u>202.703</u>	<u>-</u>
Outras contas de credores:		
. Imposto sobre mais-valias potenciais	10.018	12.293
. Imposto do Selo	3.447	3.809
. Unidades de participação a emitir (Nota 1)	1.553	900
	<u>15.018</u>	<u>17.002</u>
	<u>291.595</u>	<u>107.271</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Resgates a pagar aos participantes” refere-se aos resgates realizados nos últimos dias dos exercícios de 2017 e 2016, liquidados nos primeiros dias de janeiro de 2018 e 2017, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

A rubrica “Operações pendentes a liquidar” refere-se ao montante a liquidar resultante da compra de títulos no dia 28 de dezembro de 2017 e que cuja liquidação financeira ocorreu no dia 2 de janeiro de 2018.

O saldo da rubrica “Imposto sobre mais-valias potenciais” refere-se ao imposto apurado pelo Fundo nos termos do regime fiscal em vigor até 30 de junho de 2015, sobre o saldo líquido positivo das mais ou menos-valias potenciais relativas a valores mobiliários existentes naquela data. Este imposto só será entregue pelo Fundo na declaração de rendimentos correspondente ao período de tributação em que aqueles ativos sejam resgatados, reembolsados, amortizados, liquidados ou transmitidos, ou seja, à medida que se realizem as mais ou menos-valias potenciais dos valores mobiliários existentes a 30 de junho de 2015.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Unidades de participação a emitir” refere-se às subscrições efetuadas nos dias 29 de dezembro de 2017 e 30 de dezembro de 2016, respetivamente, que se encontram pendentes de emissão. O valor das subscrições é creditado na conta de depósitos à ordem do Fundo junto do EuroBIC no dia em que são efetuadas.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em conformidade com o artigo 161º da Lei 16/2015, de 24 de fevereiro, apresentamos abaixo os erros de valorização ocorridos em 2016 e os montantes pagos ao Fundo e aos participantes com caráter compensatório deles decorrentes:

2016				
Data do erro	Descrição dos erros	Categoria	Montantes pagos ao Fundo (euros)	Montantes pagos aos participantes (USD)
29-02-2016	Registo de operação cambial a prazo	B	-	-
04-08-2016	Registo de operação cambial a prazo	B	-	-
06-09-2016 a 07-09-2016	Subscrição de unidades de participação	A e B	-	-

No exercício de 2017 não ocorreram erros de valorização.

ANEXO I

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)						
	Custo de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor de mercado	Juro corrido (Nota 18)	Valor de balanço
Valores Mobiliários Cotados:						
Mercado de Bolsa Nacional						
Outros Fundos Públicos e Equiparados						
SAUDCR 0 06/20/22	1.400.000	45.668	-	1.445.668	1.497	1.447.165
GOVMAD 0 06/09/22	200.000	4.960	-	204.960	195	205.155
	<u>1.600.000</u>	<u>50.628</u>	<u>-</u>	<u>1.650.628</u>	<u>1.692</u>	<u>1.652.320</u>
Obrigações Diversas						
SONPL 0 06/12/18	602.875	3.125	-	606.000	1.023	607.023
JOSEML 0 06/09/19	550.000	9.378	-	559.378	1.101	560.479
VERSE3 1.99 02/12/19	218.719	1.726	-	220.445	218	220.663
BESPL 2 5/8 05/08/17	576.750	-	(399.750)	177.000	-	177.000
VERSE2 2.98 02/16/18	91.784	152	-	91.936	106	92.042
MCPL 0 07/14/19	81.600	-	(6.800)	74.800	1.408	76.208
	<u>2.121.728</u>	<u>14.381</u>	<u>(406.550)</u>	<u>1.729.559</u>	<u>3.856</u>	<u>1.733.415</u>
Outros instrumentos de dívida						
Jose Mello Saúde/25	350.000	-	-	350.000	107	350.107
REN 1º PRG 2013/136	100.000	-	-	100.000	1	100.001
	<u>450.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>450.000</u>	<u>108</u>	<u>450.108</u>
Mercado de Bolsa de Estados Membros UE						
Títulos de Dívida Pública						
Obrigações						
BTPS 3 1/2 06/01/18	2.076.731	-	(44.292)	2.032.439	5.769	2.038.208
SPGB 4 1/2 01/31/18	1.742.347	-	(36.346)	1.706.001	70.003	1.776.004
BTPS 0.3 10/15/18	1.610.739	-	(1.731)	1.609.008	1.015	1.610.023
SPGB 0 1/4 04/30/18	1.104.166	-	(1.966)	1.102.200	1.846	1.104.046
SPGB 4.1 07/30/18	1.033.370	-	(7.530)	1.025.840	17.299	1.043.139
CCTS 0 11/15/19	921.716	-	(656)	921.060	1.064	922.124
BTPS 0.05 10/15/19	402.300	-	(1.240)	401.060	42	401.102
BTPS 1.2 04/01/22	300.495	6.636	-	307.131	900	308.031
CCTS 0 04/15/25	202.406	-	(990)	201.416	296	201.712
BTPS 2.05 08/01/27	97.131	3.248	-	100.379	854	101.233
	<u>9.491.401</u>	<u>9.884</u>	<u>(94.751)</u>	<u>9.406.534</u>	<u>99.088</u>	<u>9.505.622</u>
Outros Fundos Públicos e Equiparados						
GENCAT 4.95% 02/11/2	213.154	-	(764)	212.390	8.761	221.151
Obrigações diversas:						
SUGALG 4 1/4 10/27/2	300.000	5.610	-	305.610	2.277	307.887
	<u>14.176.283</u>	<u>80.503</u>	<u>(502.065)</u>	<u>13.754.721</u>	<u>115.782</u>	<u>13.870.503</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

ANEXO II

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

	Custo de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor de mercado	Juro corrido (Nota 18)	Valor de balanço
Valores Mobiliários Cotados:						
Mercado de Bolsa Nacional						
Títulos de Dívida Pública						
Obrigações						
PGB 3.85 04/15/21	324.790	-	(550)	324.240	8.227	332.467
PGB 2 7/8 07/21/26	92.890	75	-	92.965	1.284	94.249
	<u>417.680</u>	<u>75</u>	<u>(550)</u>	<u>417.205</u>	<u>9.511</u>	<u>426.716</u>
Outros Fundos Públicos e Equiparados						
SAUDCR 0 07/03/17	1.400.000	5.292	-	1.405.292	19.857	1.425.149
Obrigações Diversas						
BCPPL 3 3/8 02/27/17	1.701.288	-	(9.839)	1.691.449	48.284	1.739.733
CELBI 03/21/19	696.813	20.687	-	717.500	6.771	724.271
VERSE2 2.98 02/16/18	633.025	8.483	-	641.508	734	642.242
SONPL 0 06/12/18	602.875	-	(4.375)	598.500	1.040	599.540
JOSEML 0 06/09/19	550.000	5.170	-	555.170	1.229	556.399
VERSE3 1.99 02/12/19	402.196	4.625	-	406.821	400	407.221
FRMCPT 0 12/27/20	180.000	-	-	180.000	46	180.046
BESPL 2 5/8 05/08/17	576.750	-	(411.252)	165.498	-	165.498
MCPPL 0 07/14/19	102.000	-	(7.000)	95.000	1.799	96.799
VERSE1 4.172 16/2/17	50.065	-	(1.094)	48.971	79	49.050
	<u>5.495.012</u>	<u>38.965</u>	<u>(433.560)</u>	<u>5.100.417</u>	<u>60.382</u>	<u>5.160.799</u>
Outros instrumentos de dívida						
Jose Mello Saúde/7	600.000	-	-	600.000	312	600.312
REN 1ºPRG 2013/67	350.000	-	-	350.000	10	350.010
REN 1ºPRG 2013/69	250.000	-	-	250.000	4	250.004
REN 1ºPRG 2013/70	450.000	-	-	450.000	3	450.003
	<u>1.650.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.650.000</u>	<u>329</u>	<u>1.650.329</u>
Mercado de Bolsa de Estados Membros UE						
Títulos de Dívida Pública						
Obrigações						
SPGB 3.8 01/31/17	2.326.284	-	(19.154)	2.307.130	79.997	2.387.127
SPGB 2.1 04/30/17	1.618.788	-	(5.588)	1.613.200	22.553	1.635.753
BTPS 1.15 05/15/17	1.005.870	-	(270)	1.005.600	1.461	1.007.061
ICTZ 0 02/27/17	500.550	-	(265)	500.285	-	500.285
	<u>5.451.492</u>	<u>-</u>	<u>(25.277)</u>	<u>5.426.215</u>	<u>104.011</u>	<u>5.530.226</u>
Outros Fundos Públicos e Equiparados						
GENCAT 4 3/4 6/04/18	640.417	-	(14.533)	625.884	16.397	642.281
GENCAT 4.95% 2/11/20	213.154	468	-	213.622	8.764	222.386
	<u>853.571</u>	<u>468</u>	<u>(14.533)</u>	<u>839.506</u>	<u>25.161</u>	<u>864.667</u>
Obrigações diversas:						
ITCIT 6 5/8 03/19/20	461.200	-	(716)	460.484	20.837	481.321
SUGALG 4 1/4 10/27/2	300.000	6.270	-	306.270	2.277	308.547
EDP 4,875% 9/14/20	112.500	1.707	-	114.207	1.442	115.649
	<u>873.700</u>	<u>7.977</u>	<u>(716)</u>	<u>880.961</u>	<u>24.556</u>	<u>905.517</u>
	<u>16.141.455</u>	<u>52.777</u>	<u>(474.636)</u>	<u>15.719.596</u>	<u>243.807</u>	<u>15.963.403</u>

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em Euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do EuroBIC Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto ("Fundo" ou "OIC"), gerido pela Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Sociedade Gestora), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 27.634.110 euros e um total do capital do Fundo de 27.290.838 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 154.513 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do EuroBIC Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Valorização das obrigações (Notas 3 e 4 c))

<p>O Fundo valoriza os valores mobiliários em carteira ao seu valor de mercado, ou presumível valor de mercado de acordo com as regras descritas na Nota 4 c) do Anexo às demonstrações financeiras.</p> <p>A valorização das obrigações em carteira, devido à natureza ilíquida de alguns destes investimentos, requer a aplicação de julgamento do órgão de gestão da Sociedade Gestora, nomeadamente na definição das fontes de valorização a considerar. Tendo em conta este aspeto e que o investimento em obrigações representa cerca de 48% do total do ativo líquido, a valorização destes ativos foi considerada como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Analisámos os procedimentos de controlo interno relevantes implementados pela Sociedade Gestora relativos à valorização das obrigações.</p> <p>Analisámos a razoabilidade das cotações utilizadas pela Sociedade Gestora para a valorização das obrigações em carteira em 31 de dezembro de 2017. Esta análise incluiu o teste às cotações consideradas pela Sociedade Gestora e a sua comparação com outros preços publicados na <i>Bloomberg</i> por outros contribuidores.</p>
--	--

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório em que conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é garante que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se puder razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito pelo controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC na sua constituição para um mandato anual, o qual foi sucessivamente renovado;
- O órgão de gestão da Sociedade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade Gestora nesta mesma data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC durante a realização da auditoria; e
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos ao OIC outros serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 26 de abril de 2018

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata, ROC